

Mubadala prepara a criação de uma nova Bolsa de Valores no Rio

Para especialistas, maior concorrência com a B3, de São Paulo, vai permitir que mais empresas acessem o mercado acionário

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

Pouco mais de um ano após comprar a American Trading Group (ATG), uma plataforma de negociações de ativos financeiros, a Mubadala Capital, que pertence ao fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, pretende colocar de pé uma nova Bolsa de Valores no Brasil para concorrer com a B3, a antiga Bovespa, localizada em São Paulo. A informação foi antecipada pelo blog do colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Segundo fontes que participam do processo, a sede da nova Bolsa será no Rio, mas também haverá operações em São Paulo. Os planos da Mubadala, no entanto, vão além. A empresa quer fortalecer o desenvolvimento de produtos e oferta de negociação eletrônica da ATG e ampliar a conexão com as principais Bolsas da América Latina e dos Estados Unidos.

A criação de uma nova Bolsa pode ser um marco

para o setor financeiro no Rio, que teve a primeira Bolsa de Valores do Brasil. Esta, porém, quebrou após a crise especulativa gerada pelo empresário Najib Nahas em 1989 e nunca se recuperou totalmente. No início dos anos 2000, foi incorporada pela então Bovespa.

Segundo fontes que acompanham as negociações, a compra da ATG pela Mubadala Capital mira a criação de um concorrente para a B3, hoje a única Bolsa que reúne todas as negociações do mercado acionário do país. A Mubadala também é uma das investidoras da Central de Recebíveis (Cerc), cujos planos envolvem ampliar a atuação como depositária e escrituradora, além de negociar ativos valores mobiliários.

OPERAÇÃO EM 2025

A ideia é que a nova Bolsa no Rio comece a operar no segundo semestre de 2025 de forma completa, com a negociação de ações, derivativos, câmbio e commodities. A nova Bolsa, ainda sem nome,

será comandada por Claudio Pracownik, que já esteve no comando das corretoras Genial Investimentos e Agora.

Trazer uma Bolsa de Valores de volta para o Rio é um plano antigo. Em 2012, a ATG e a Nyse, que controla a Bolsa de Nova York, tentaram criar uma Bolsa no Brasil, mas a iniciativa não foi adiante. Outras operadoras de índices acionários americanos também já tentaram investir aqui, mas as iniciativas não vingaram.

POTENCIAL DE CRESCIMENTO

Ricardo Teixeira, coordenador do MBA em Gestão Financeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que a criação de uma nova Bolsa pode permitir a entrada de mais empresas no mercado de capitais.

— A economia do Brasil é grande, mas não o mercado de capitais. Ao entrar uma nova Bolsa no país e oferecer custos mais baixos, isso pode atrair até mais empresas. Eas próprias Bolsas podem fazer um esforço para



Estímulo: Painel de cotações da B3 para analistas, e a existência de outra Bolsa ajudará a ampliar o mercado de capitais



Bolsa do Rio. Depois de crise em 1989, ela acabou incorporada pela Bovespa

atrair mais empresas.

Para Teixeira, a volta de um mercado acionário sediado no Rio é importante para o crescimento do estado: — Quando a Bolsa saiu do Rio, boa parte do mercado

do Rio se mudou para São Paulo. E as decisões passaram a ser lá. Ter algo no Rio é bom para o ambiente de negócios e para a cidade. Só tem vantagem. A concorrência vai permitir que a eficiência seja cada vez maior.

O ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) René Garcia ressaltou que uma Bolsa no Rio será uma nova fonte de geração de empregos para a cidade. Mas ressaltou: — A competição é sadia, mas ainda falta definir qual será a atuação da Bolsa.

Procurada, a B3 não se manifestou. Segundo o consultor de finanças Henrique Armada Vellozo, o Brasil tem potencial para ter outras Bolsas de Valores, dado o tamanho do seu mercado.

— O Brasil tem potencial de crescimento, pois são poucas as pessoas que compram ações de empresas. Ter mais Bolsas vai permitir maior concorrência, menores taxas e melhor serviço.

Elon Musk processa OpenAI por aliança com Microsoft

Bilionário afirma que, ao fazer parceria com gigante do software, startup priorizou o lucro em detrimento do 'benefício à Humanidade'

De Bloomberg News
www.bnn.com

O bilionário Elon Musk, fundador da Tesla e dono do X (ex-Twitter), foi à Justiça contra a OpenAI e seu CEO, Sam Altman, afirmando que eles violaram o acordo de fundação da startup de inteligência artificial (IA) ao priorizar o lucro em detrimento do "benefício para a Humanidade".

Musk foi um dos financiadores da OpenAI em seus primórdios. E, agora, afirma que a parceria da criadora do ChatGPT com a Microsoft minou sua missão original de criar tecnologias de código aberto (ou seja, que podem ser usadas por qualquer um),

que não estivessem submetidas a prioridades de negócios.

A OpenAI foi a primeira empresa a viabilizar para o grande público ferramentas de IA generativa, capaz de criar textos, imagens e códigos de programação a partir de comandos dos usuários.

CRÍTICAS A REESTRUTURAÇÃO Muitos especialistas veem essa tecnologia como um passo importante para uma nova IA geral, que seria capaz de emular ou até superar a inteligência humana.

— Até hoje, o site da OpenAI continha profusões que sua missão é garantir que a inteligência artificial geral "beneficie toda a Humanidade". Na realidade, no entanto, a OpenAI foi transformada em uma subsidiária de facto de código fechado da maior empresa de tecnologia do mundo: a Microsoft, argumenta a ação, aberta em São Francisco.

Em 2015, Musk ajudou a criar a OpenAI, como uma organização não lucrativa cujo compromisso era criar uma inteligência artificial geral segura. Mas o bilionário deixou o conselho da OpenAI três anos depois, pouco antes de a startup criar um braço para negócios, no qual a Microsoft investiu cerca de US\$ 13 bilhões.

A parceria da Microsoft com a OpenAI entrou na mira de reguladores do mercado, por potenciais riscos à concorrência, nos EUA e na Europa.



Briga: Musk acusa a disputa com Altman: ele diz que a OpenAI se transformou em uma "subsidiária da Microsoft"

pa. A Microsoft tem reiterado que não controla a OpenAI.

Musk, cujas empresas ficaram para trás na corrida pela IA, tem criticado a OpenAI e alertado sobre os perigos de uma nova inteligência artificial geral.

Ele criticou a reestruturação da liderança da OpenAI no ano passado, quando Altman foi demitido para retornar alguns dias depois, com a exigência de troca no Conselho de Administração e o apoio da Microsoft.

Altman escolheu a decisão da OpenAI para o novo Conselho que não tem expertise técnica semelhante (ao antigo) ou qualquer experiência substancial em governança de IA, afirma Musk no processo. "O novo Conselho é constituído por membros com mais experiência em negócios centrais do que em IA ou governança de IA. Eles também são conhecidos como 'grandes admiradores de Altman'."

A ação argumenta ainda que, com a reestruturação, "a OpenAI abandonou sua missão sem fins lucrativos de desenvolver a inteligência artificial geral para o benefício da Humanidade".

Essa é uma escalada nas disputas públicas entre Musk e Altman. Além da OpenAI, o processo deve afetar a Microsoft, que usa as ferramentas da startup em seus produtos.

Meta deixará de pagar por notícias na Austrália

Remuneração foi estabelecida por lei em 2021. Companhia diz ainda que vai retirar aba Facebook News daquele país e dos EUA

OWAY

A Meta, dona de Facebook e Instagram, vai deixar de remunerar os editores de notícias australianas pelo conteúdo veiculado em suas páginas na internet, desafiando uma nova batalha com o governo da Austrália, segundo a Reuters. A Austrália foi pioneira ao implementar, em 2021, uma lei que forçava gigantes da internet, como Meta e Google, a negociarem acordos de licenciamento com empresas de notícias.

Essas empresas e alguns governos, como o australiano

e o canadense, argumentaram que as plataformas de internet se beneficiam injustamente da receita de publicidade gerada pelos links de artigos e notícias compartilhados nas redes sociais.

A Meta, por sua vez, ressaltou que em 2021 reduziu sua promoção de notícias e conteúdo político para aumentar o tráfego que os links de notícias são agora uma fração dos feeds de usuários.

POSSÍVEL ARBITRAGEM A empresa ainda anunciou ontem que vai encerrar a aba de notícias de Facebook na

Austrália e nos Estados Unidos. No ano passado, a Meta já havia cancelado o serviço de notícias no Reino Unido, na França e na Alemanha.

Em um post em seu blog, a empresa afirmou que, no ano passado, o número de pessoas que acessaram o Facebook News na Austrália e nos EUA caiu 80%.

— Não entraremos em novos acordos comerciais para conteúdo tradicional de notícias nesses países e não ofereceremos novos produtos do Facebook especificamente para editores de notícias, acrescentou a empre-

sa em seu comunicado, indo contra a lei australiana promulgada em 2021.

Ao comentar a decisão da Meta, o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, afirmou que é injusto uma empresa "lucrar com o investimento de outras, não apenas o investimento em capital, mas o investimento em pessoas, o investimento em jornalismo". Ele disse que seu governo continuará buscando o cumprimento da legislação. Uma hipótese seria levar a Meta a um processo de arbitragem para obrigá-la a pagar as empresas de mídia.

A Meta, no entanto, não é obrigada a pagar aos editores de notícias caso bloqueie os usuários de republicar artigos de notícias, como chegou a fazer em 2021. A gigante americana fez isso no Canadá quando o país aprovou legislação semelhante, no ano passado.

Os maiores veículos de mídia da Austrália também criticaram a empresa de Mark Zuckerberg, dizendo tratar-se de um ataque ao setor.

Rod Sims, que supervisiona a elaboração da lei quando estava à frente da Comissão Australiana de Concor-

rência e Consumidores, classificou a decisão da Meta de egoísta e manifestou preocupação com o impacto da medida na sociedade, pois a decisão prejudica a qualidade do jornalismo que aparece nas mídias sociais.

Michael Miller, diretor executivo da News Corp. Austrália, disse ao jornal britânico Financial Times que a Meta está usando "seu imenso poder de mercado para se recusar a negociar". É afirmou que essa decisão pode afetar a viabilidade de empresas de mídia regionais do país.

A maioria dos acordos da Meta com a mídia australiana tinha duração de três anos e deve expirar em 2024. Estima-se que os acordos com a Meta rendam cerca de US\$ 45 milhões por ano ao setor.